

1

1 DATA: 19 de julho de 2007. LOCAL: Auditório do edifício sede do IBAMA, localizado na
2 SCEN, lote 2, bloco G, no Distrito Federal, Brasília. HORÁRIO: de 9h00 às 13h00.
3 PARTICIPANTES: Ministério do Meio Ambiente, Maria Cecília Wey de Brito (Suplente);
4 Ministério da Ciência e Tecnologia, José Paulo Rodrigues de Carvalho (2º. Suplente);
5 Ministério da Saúde, Ana Paula Corrêa (Suplente); Ministério da Justiça, Patrícia
6 Galdino de Faria Barros (Titular); Ministério da Agricultura Pecuária e
7 Abastecimento, Leontino Rezende Taveira, (Titular) e Márcio Antonio Teixeira
8 Mazzaro (Suplente); Ministério da Defesa, Patrícia Siqueira de Medeiros (2º.
9 Suplente); Ministério Relações Exteriores, Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra
10 (Titular) e Cláudia Borges Tavares (2º. Suplente); Ministério Desenvolvimento
11 Indústria e Comércio Exterior, Elisa de Ananias Fraga (Titular) e José Carlos Cavalcanti
12 de Araújo Filho (Suplente); Conselho Nacional Desenvolvimento Científico e
13 Tecnológico, Helena Luna Ferreira (Titular); Instituto Nacional de Pesquisa da
14 Amazônia, Lúcia Helena Rapp Py-Daniel (Titular); Empresa Brasileira de Pesquisa
15 Agropecuária, Rosa Mirian de Vasconcelos (Suplente) e Maria José Amstalden
16 Moraes Sampaio (2º. Suplente); Fundação Oswaldo Cruz; Maria Celeste Emerick
17 (Titular) e Silvio Valle Moreira (Suplente); Fundação Nacional do Índio, Rafael
18 Michelsonh (Suplente) e Tayana Lopes Volmer (2º. Suplente); Instituto Nacional da
19 Propriedade Industrial, Maria Alice Castro Rodrigues (Suplente) e Iloana Peyroton
20 Rocha (2º. Suplente); Fundação Cultural Palmares, Sr. Maurício Jorge Souza dos Reis
21 (Suplente). Convidados Permanentes: Conselho Nacional dos Seringueiros, Pedro
22 Ramos de Souza (Titular). Membros da Secretaria Executiva do Conselho: Cristina
23 Azevedo, Inácio de Loyola Rachid Caçado, Guilherme Amorin, Shirley Batista,
24 Alessandro Gomes Garcia, Mônica Negrão, Fernanda Álvares Silva, Viviane Souza,
25 Gabriel Cantanhede, Carla Lemos, Diogo Brito, Alessandra Silva, Camila Oliveira,
26 Maria Letícia Paraíso. Outros participantes: Consultoria Jurídica do Ministério do
27 Meio Ambiente, Daniela Goulart. CONVOCAÇÃO: Ofício Circular nº
28 179/2007/CGEN//MMA, de 03 de julho de 2007 (Conselheiros), Ofício Circular nº

2

29 180/2007/CGEN//MMA, de 03 de julho de 2007(Convidados Permanentes),
30 Memorando Circular nº 181/2007/CGEN/MMA, de 03 de julho de 2007. PAUTA: I –
31 Abertura da Reunião; II - Instalação dos Trabalhos (1) Leitura e Aprovação da Pauta da
32 51ª e 52ª Reuniões Ordinária OK; (2) Aprovação da Ata da 50ª Reunião Ordinária. III
33 – Ordem do Dia (3) Consulta sobre enquadramento no âmbito da MP 2.186-16/01 de
34 variedade de espécie nativa desenvolvida no exterior. Relator: Ministério da
35 Agricultura, Pecuária e Abastecimento (relatório de pedido de vista ocorrido na 50ª
36 Reunião Ordinária do CGEN); (4) Informe e deliberação sobre reunião de trabalho
37 para tratar de procedimentos relacionados a concessão de autorização a título de
38 regularização de acesso ao Patrimônio Genético ou a Conhecimento Tradicional
39 Associado. Relator: Secretaria Executiva – ITENS SEM SIGILO (5) Apresentação e
40 deliberação de modelo de Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e
41 Repartição de Benefícios a ser utilizado quando a União for parte. Relator: Secretaria
42 Executiva (6) Apresentação e deliberação de solicitações de renovação de
43 autorização de acesso a conhecimento tradicional. (6.1) Requerente: Embrapa –
44 Processo nº. 02000.001952/2004-16 – Kayabi, Relator: Secretaria Executiva; (6.2)
45 Requerente: Embrapa – Processo nº. 02000.000500/2004-17– Yawalapiti, Relator:
46 Secretaria Executiva; (6.3) Requerente: Embrapa – Processo nº. 02000.000532/2004-
47 12–Krahô, Relator: Secretaria Executiva. (7) Apresentação e deliberação de solicitação
48 de retificação do credenciamento do Instituto de Biociências da Universidade de São
49 Paulo – IB/USP, como instituição fiel depositária de amostras de componentes do
50 patrimônio genético. (7.1) Requerente: Instituto de Biociências da Universidade de
51 São Paulo/IB-USP Processo nº. 02000.000019/2003-32 - Relator: Secretaria Executiva.
52 (8) Apresentação de proposta para prorrogação da Consulta Pública n. 2. Relator:
53 Secretaria Executiva. IV – Assuntos de Ordem Geral – (9) Informe da Coordenação das
54 Câmaras Temáticas sobre reunião realizada com a Comissão de Comunidades Locais e
55 Indígenas para a avaliação de procedimentos relativos ao registro de Conhecimentos
56 Tradicionais Associados. Relator: Secretaria Executiva. (10) Informes gerais da

3

57 Secretaria Executiva. (10.1) Apresentações de minuta de retificação de deliberação,
58 delegando competência à Secretaria-Executiva do CGEN para realizar o
59 credenciamento de instituições fiéis depositárias de amostras de componentes do
60 patrimônio genético. Relator: Secretaria Executiva. (11) Palavra aberta aos
61 Conselheiros. (12) Encerramento. Maria Cecília Wey de Brito, na condição de
62 presidente suplente do Conselho, iniciou os trabalhos dando as boas vindas e
63 agradecendo a presença dos Senhores Conselheiros, Convidados e os demais
64 presentes. Na seqüência, apresentou os novos Conselheiros, sendo eles: do
65 Ministério das Relações Exteriores o Senhor Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra,
66 Conselheiro Titular e a Senhora Cláudia Borges Tavares como Conselheira 2ª
67 Suplente; do Ministério da Defesa o General-de-Divisão Médico, Sr. Milton Braz
68 Pagani. Após a menção dos novos Conselheiros, a Sra. Maria Cecília fez, também,
69 menção aos demais presentes à reunião: Sra. Viviane Gurgel e Sra. Luciana Martins
70 ambas da Natura Inovação, Sr. Roney Sereno e Sra. Thaís Chveim ambos da PATRI,
71 Sra. Tatiana Rehder do Ministério do Meio Ambiente, Sra. Giselle Gomes do e Sr.
72 Carlos Rodrigues do INPI e Sra. Daniela Loiola do Ministério da Saúde. Em seguida, a
73 Sra. Maria Cecília, anunciou a nova Diretora do Departamento do Patrimônio
74 Genético, Dra. Celeste Emerick, ainda representando a Fiocruz, como Conselheira
75 Titular. Anunciou também, a contratação da Sra. Shirley Batista, profissional de
76 Secretariado Executivo Bilíngüe, devido à necessidade de um profissional
77 especializado, para organizar e atender às demandas do Conselho, agradecendo a
78 participação. A seguir iniciou os trabalhos pelo Item (1) Leitura e Aprovação da
79 Pauta da 51ª e 52ª Reuniões Ordinárias, propondo que o conselho considere ao invés
80 de 51ª e 52ª Reunião, somente 51ª Reunião. Explicou que a representatividade dos
81 números é meramente formalização e que esta alteração não causaria qualquer
82 efeito negativo no andamento dos trabalhos do Conselho. A Presidente questionou
83 então se haveria outras demandas para alteração da pauta. Cristina Azevedo,
84 Secretária Executiva Interina, informa que recebeu algumas solicitações de alteração:

4

85 A empresa Natura Inovação e Tecnologia, requerente dos processos que seriam
86 avaliados nos Itens 5 e 6 da pauta, solicitou a retirada dos mesmos. Outra alteração
87 seria com relação ao item 8, por recomendação da CONJUR do MMA por se tratar
88 apenas de retificação, não seria necessário a deliberação do Conselho. Com isso, os
89 Itens 5 e 6, que exigem sigilo, seriam excluídos da pauta e a reunião poderia ser
90 aberta. Diante disso, o item 8 passaria para o final da pauta como Item 14. Na
91 seqüência, o Conselheiro do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento,
92 Márcio Antônio Teixeira Mazzaro, manifestou-se com relação ao item 10,
93 informando que o Ministério da Agricultura considera que se trata de um assunto
94 apenas informativo, devido ao fato do Grupo de Trabalho não ter concluído o
95 modelo definitivo do CURB. A Secretária Executiva – Interina, Cristina Azevedo,
96 esclareceu que o Grupo de Trabalho, em sua última reunião, recomendou que a
97 minuta de modelo fosse apresentada ao CGEN e que este deliberasse sobre a
98 possibilidade deste modelo retornar ao *site* do CGEN, ainda como uma minuta,
99 ressaltando que existem duas cláusulas em fase final de elaboração. Com isso, as
100 Instituições que aguardam o modelo poderiam iniciar a sua avaliação, para então
101 começar o processo de negociação com a União. O Conselheiro do Ministério da
102 Agricultura Pecuária e Abastecimento, Márcio Antônio Teixeira Mazzaro, agradeceu a
103 informação e enfatizou a preocupação em tornar público um documento de minuta
104 padrão, quando ele ainda não é padrão. A Secretária Executiva Interina, Cristina
105 Azevedo, propôs que o item permanecesse como item 10 e na ocasião da discussão
106 do assunto, o Conselho, decidiria se coloca em deliberação ou não. O Conselheiro do
107 Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Márcio Antônio Teixeira
108 Mazzaro, solicitou então, a modificação da localização do item 10, possibilitando a
109 antecipação da análise do item . Com isso, o item deixaria de ser considerado de
110 número 10 e passaria a ser considerado Item 5, podendo ocorrer a discussão do
111 assunto logo depois do Item 4, se não houvesse objeção do Conselho. A Presidente,
112 Maria Cecília Wey de Brito, manifestou-se, concordando com a proposta e

5

113 submetendo a mesma aos outros Conselheiros. Solicitou que caso houvesse objeção
114 à alteração, que se manifestassem. Não houve manifestação. A Presidente agradeceu
115 e colocou a pauta, com os ajustes propostos, da 51ª Reunião em votação. A pauta da
116 51ª Reunião foi aprovada, com os ajustes propostos, por unanimidade: Votaram
117 favoravelmente os seguintes Conselheiros: MAPA - Márcio Antônio Teixeira Mazzaro,
118 MS - Ana Paula Corrêa, MD - Patrícia Siqueira, MJ - Patrícia Galdino, MMA - Maria
119 Cecília Wey de Brito, MRE - Fernando Coimbra, MCT - Paulo Carvalho, MDIC - Elisa
120 Fraga, EMBRAPA - Maria José Sampaio, FOC - Maria Celeste, FP - Maurício Reis, CNPq
121 - Helena Luna, INPA - Lúcia Py-Daniel, INPI - Maria Alice, FUNAI - Rafael Michelsohn.
122 Item aprovado com 15 votos a favor, nenhum voto contrário, nenhuma abstenção.
123 Em continuidade à pauta da 51ª. Reunião, a Presidente, passou imediatamente para
124 o Item (2) Aprovação da Ata da 50ª Reunião Ordinária: solicitando àqueles que
125 tivessem modificações a serem incorporadas no documento que se manifestassem.
126 O Conselheiro do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Márcio
127 Antônio Teixeira Mazzaro, solicitou a inclusão de sua manifestação realizada na
128 ocasião, a partir da linha 104 da Ata. Para não prejudicar o andamento da reunião,
129 propôs que a Secretaria Executiva verificasse na degravação da reunião a sua
130 manifestação e a incluísse no ponto indicado, ficando a aprovação da ata em
131 suspenso. O Conselheiro do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento,
132 Leontino Rezende Taveira, também manifestou-se. Primeiramente parabenizou a
133 Dra. Celeste como nova e futura Diretora do Patrimônio Genético. Em seguida
134 solicitou que na linha 291, fosse incluso o texto final que alterou a resolução
135 aprovada, a fim de deixar claro qual foi o texto deliberado. Sugeriu também que na
136 linha 370, de forma a melhor retratar a intervenção do Ministério da Agricultura
137 Pecuária e Abastecimento, fosse suprimido o texto “localidades onde o material sofre
138 aquisição de propriedades características de acordo com o interessado” mencionado
139 na linha 370, após a vírgula de “Ásia”. E, finalmente, na linha 382 propôs que fosse
140 inserido “entendido como suficiente para”. Seguindo nessa mesma linha, após a

141 palavra “em condições *in-situ*” fosse colocado um ponto final para facilitar o
142 entendimento dessa afirmação, reiniciando então, com letra maiúscula “O”. E que
143 fosse substituída na linha 383 a palavra “constrói” por “constituiu”. A Presidente,
144 Maria Cecília Wey de Brito, manifestou-se dizendo que a Secretaria Executiva fará a
145 revisão da degravação como sugerido pelo MAPA e retornará o texto para apreciação
146 do Conselho antes do término da reunião. Na seqüência, passou a palavra à
147 Conselheira do Ministério da Defesa, Patrícia Siqueira de Medeiros, que solicitou uma
148 retificação na linha 474, com relação ao nome e a patente do novo Conselheiro
149 Titular do Ministério da Defesa: O correto é General-de-divisão Médico Milton Braz
150 Pagani. A representante da Consultoria Jurídica do MMA, Daniela Goulart,
151 manifestou-se no sentido de incluir o nome da advogada Bárbara Miranda que esteve
152 presente à 50ª. Reunião. Com isso, a Presidente, solicitou a compreensão dos
153 Conselheiros pedindo que a reunião seguisse enquanto aguardava-se a verificação da
154 degravação para permitir a votação deste item da pauta. Todos Conselheiros
155 concordaram com o encaminhamento. Passou-se para o próximo item da pauta.
156 Item (3) Consulta sobre enquadramento no âmbito da MP 2.186-16/01 de variedade
157 de espécie nativa desenvolvida no exterior. Relator: Ministério da Agricultura,
158 Pecuária e Abastecimento (relatório de pedido de vista ocorrido na 50ª Reunião
159 Ordinária do CGEN). A relatoria foi feita pelo Conselheiro do Ministério da
160 Agricultura, Leontino Rezende Taveira, que informou ao Conselho serem as
161 informações oferecidas pelo interessado bastante concisas. Não obstante o
162 Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento considerou que há elementos
163 para avançar na discussão, conforme apresentado ao Conselho por meio da Nota
164 Técnica 05/2007/DEPTA/SDC. A nota técnica encaminhada ao Conselho, em um dos
165 últimos parágrafos, indica que o cultivo da seringueira realizado em plantios
166 comerciais ao redor do mundo, bem como a sua produção de sementes por
167 polinização aberta, tornaria factível o surgimento de novas variedades segregantes
168 em ambientes de cultivo no exterior. O fato de surgirem variedades segregantes não

169 elimina o fato que o pool gênico original seria ainda muito próximo daquele existente
170 no centro de origem da espécie. A julgar pelas informações oferecidas pelo solicitante
171 o material importado foi introduzido em programa de melhoramento genético no
172 Brasil, ou seja, ele foi selecionado na Malásia ou, em outros países, como Libéria e
173 Guatemala. Ele retorna ao País, no entendimento do Ministério da Agricultura
174 Pecuária e Abastecimento, como uma simples fonte de variabilidade, um
175 reordenamento daquilo que havia saído do País como fonte de variabilidade para
176 resistência *genética*, resistência essa, não comprovadamente agregada ao material
177 que está em análise. Então essa importação poderia ser tratada por este Conselho
178 como um simples retorno de um material genético exportado no passado e que agora
179 se reintegra a um programa de melhoramento genético no País. Como o material vai
180 ser simplesmente utilizado na composição de novas variedades de seringueiras, o
181 Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento considera sim pertinente o seu
182 enquadramento no escopo da Medida Provisória 2186-16/01, salvo sejam os
183 materiais provenientes de outro País, ou seja, o material não haver saído do Brasil.
184 Também, caso o interessado reconheça que há nesse material uma propriedade
185 característica não descrita no Brasil como fonte de resistência ao mal das folhas,
186 como essa propriedade não existe do Brasil e se ela existe em outro ambiente de
187 cultivo, poder-se-ia então, inferir, que ela tenha surgido naquele ambiente de cultivo
188 e, que, portanto, o acesso a essa característica, pontualmente falando, não seria
189 passível de enquadramento no escopo da Medida Provisória. A Presidente, agradeceu
190 o Conselheiro pelo relato, e solicitou aos demais Conselheiros que se manifestassem,
191 explanando que no seu ponto de vista, permaneceram algumas dúvidas a cerca de
192 enquadramento ou não dessa variedade, no âmbito da Medida Provisória. A
193 Secretária Executiva Interina, Cristina Azevedo, sugeriu que a Secretaria Executiva
194 questionasse o interessado sobre os pontos levantados pelo Ministério da Agricultura
195 Pecuária e Abastecimento, a fim de confirmar se a pesquisa em questão utilizará
196 propriedades características do material a ser utilizado, que não estão presentes no

197 pool gênico que ocorre em condições *in situ* no Brasil. Caso o interessado afirme que
198 sim, então, o procedimento ficaria fora do escopo da Medida Provisória, caso
199 contrário, se a afirmação for negativa, a pesquisa então estaria sob o escopo da
200 Medida Provisória. Diante disso, a decisão final ficou em suspenso e a Senhora
201 Cristina, sugeriu que outros Conselheiros levantassem suas dúvidas, para que a
202 Secretaria Executiva, reunisse todas as informações possíveis para submetê-las ao
203 requerente. Na seqüência, a Conselheira do Instituto de Pesquisas da Amazônia, Lucia
204 Helena Rapp Py-Daniel, se manifestou cumprimentando a todos, e levantou questões
205 sobre a vantagem ou desvantagem de colocar ou não o material sob o escopo da
206 Medida Provisória. Em resposta ao questionamento, o Conselheiro do Ministério da
207 Agricultura Pecuária e Abastecimento, Leontino Rezende Taveira , esclareceu que as
208 informações apresentadas pelo interessado foram muito concisas, não permitindo
209 uma avaliação do quão diferentes são as variedades daquilo que existe em condições
210 naturais no Brasil. Pelo relato de melhoramento genético feito na Ásia e em outros
211 países é possível entender que foi intercambiado o material genético, ou seja, foi
212 remetido o material genético do Brasil para esses países onde de um pool gênico
213 mais amplo, foi sendo selecionado e, portanto, restrito, homogeneizado como prática
214 de melhoramento convencional. Em termos práticos, o que isso significa, é que não
215 há nenhuma indicação de que o material genético da seringueira em referência tenha
216 adquirido propriedades características específicas naquele país. Recordou também
217 que o conceito de “condição *in situ*” na CDB inclui materiais cultivados ou
218 domesticados nos locais onde tenham desenvolvidos as suas propriedades
219 características, possibilitando entendimentos delicados do ponto de vista
220 diplomático, pois pode-se correr o risco de nacionalizar elementos da biodiversidade
221 de outros países. Porém, para esse caso especificamente existe algumas implicações
222 práticas importantes, qual seja: chamar à regularização todos os melhoristas de
223 seringueiras do País e estabelecer uma linha de corte clara, de que mesmo que o
224 material genético da seringueira seja utilizado em programas no exterior, quando

225 retornar, continuaria sendo passível de enquadramento sob o escopo da Medida
226 Provisória, a menos que, claramente surja uma propriedade característica específica.
227 A Presidente, Maria Cecília Wey de Brito, fez uso da palavra explanando que a
228 Secretaria Executiva recebe cotidianamente uma grande quantidade de consultas
229 sobre a inclusão de pesquisas sob o escopo da Medida Provisória e diante disso, é
230 papel do Conselho traçar, na medida do possível, uma linha clara facilitando aos
231 interessados o entendimento sobre o escopo da legislação atual. Em seguida, a
232 Conselheira do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, Lucia Helena Rapp Py-
233 Daniel, expôs que entende perfeitamente a situação delicada, considerando que
234 existem outras espécies em situações semelhantes. Questionou se esse seria o
235 primeiro caso que o CGEN discute, afirmando ser complicada uma uniformização de
236 procedimentos e que o mais adequado seria avaliar caso a caso. A Secretária
237 Executiva Interina, Cristina Azevedo, informou que o CGEN já avaliou vários casos ,
238 alguns citados pelo Conselheiro Leontino . As consultas já analisadas tratam de
239 enquadramento de variedades de espécies exóticas, desenvolvidas no Brasil. Esse é o
240 primeiro caso de espécie nativa do Brasil que, como foi muito bem relatado, sofreu
241 melhoramento genético científico fora do País e agora retorna. O CGEN, por meio da
242 Câmara Temática de Patrimônio Genético Conservado em Condições *ex situ*, analisou
243 a possibilidade de fazer uma resolução que estabelecesse critérios gerais para os
244 casos de exóticas que adquiriram propriedades características no Brasil, mas chegou-
245 se a conclusão de que era muito difícil porque cada caso guardava uma
246 especificidade, sendo necessária avaliação da genealogia das variedades da espécie
247 em questão. Diante disso, o CGEN decidiu que seria encaminhada ao Conselho, caso a
248 caso, e na medida do possível a Secretaria Executiva traria a literatura sobre aquela
249 variedade ou sobre aquela espécie para auxiliar no embasamento do assunto, além
250 disso, o Ministério da Agricultura e a EMBRAPA têm auxiliado, à medida que solicitam
251 vista a esse tipo de processo, trazendo pareceres que subsidiam as decisões do
252 Conselho. O Convidado, representante do Conselho Nacional de Seringueiros, Pedro

10

253 Ramos de Souza, informou que há muitas variedades de seringueira e não é possível
254 afirmar se essa propriedade é ou não é nativa sem que primeiro conheçamos as
255 variedades que temos no nosso País. A mesma coisa está se dando com a Copaíba.
256 Ressalta que é preciso que o Conselho tenha muita segurança no que será decidido
257 aqui, de forma a não prejudicar nada e nem ninguém. A Conselheira da EMBRAPA,
258 Maria José Amstalden Moraes Sampaio, contribuiu esclarecendo que é muito difícil
259 que apareça resistência a um microorganismo, quando ele não existe no local onde a
260 espécie esta sendo cultivada. Portanto, a menos que nesse caso específico seja
261 declarado tecnicamente como foi adquirida essa característica de resistência, por
262 exemplo, por mutação, ela apareceria no pool gênico no Brasil ou na redondeza da
263 Amazônia. Considerou, portanto, apropriado questionar este ponto à instituição.
264 Diante desta proposta a presidente, Maria Cecília Wey de Brito, encaminhou este
265 item da pauta concluindo que o Conselho solicita à Secretaria Executiva que peça ao
266 interessado esclarecimentos sobre os pontos discutidos em reunião e, diante das
267 respostas obtidas, o assunto será reconduzido ao CGEN. Questionou se todos
268 estavam de acordo com o encaminhamento e como ninguém se manifestou, solicitou
269 o registro na ata, de que não houve nenhum posicionamento contrário. Com isso, a
270 Presidente, passou a discussão e deliberação do próximo item. Item (4) Informe e
271 deliberação sobre reunião de trabalho para tratar de procedimentos relacionados a
272 concessão de autorização a título de regularização de acesso ao Patrimônio Genético
273 ou a Conhecimento Tradicional Associado. Relator: Secretaria Executiva. A Secretária
274 Executiva Interina, Cristina Azevedo, relatou que a Secretaria Executiva elaborou um
275 informe que foi disponibilizado a todos os Conselheiros e Convidados desse Conselho,
276 sobre o qual fez um breve resumo. Explanando que, o Conselho, desde o início do
277 ano tem buscado avaliar o embasamento jurídico para deliberar sobre acessos a
278 patrimônio genético ou conhecimento tradicional já iniciados ou concluídos, sem
279 prévia autorização. As autorizações nestes casos têm sido concedidas, mas o
280 desconforto de vários Conselheiros aumentou a partir do início do ano, com a

11

281 publicação da Resolução 23, que regulamentou o Art. 31, fazendo com que o INPI só
282 possa conceder patentes nos casos que envolvam recursos genéticos ou
283 conhecimentos tradicionais, se a Medida Provisória foi observada. Diante disso, foi
284 criado um Grupo de Trabalho no âmbito desse Conselho para discutir o tema. Na
285 reunião de maio, este tema foi apreciado e foi objeto da Deliberação 194, que já foi
286 publicada no Diário Oficial da União e está disponível no site, determinando que o
287 Conselho continue avaliando casos de regularização, ou seja, de acessos já iniciados
288 ou concluídos e que o Grupo de Trabalho deveria propor uma Resolução para
289 verificar que tipos de documentos seriam razoáveis de serem exibidos nesses casos,
290 para atender a todos os requisitos legais. Isso foi feito, o Grupo de Trabalho reuniu-se
291 de maio até o momento e já existe uma minuta de Resolução. Entretanto, por ocasião
292 da sua finalização, vários Conselheiros externaram novamente a sua preocupação e
293 insegurança jurídica, pela responsabilidade em deliberar sobre esses casos. Isso
294 porque já existe um Decreto prevendo a aplicação de sanções para acessos já
295 realizados sem autorização prévia do CGEN. Existe também o Art. 26 da MP que
296 prevê indenização, para os casos de exploração econômica em curso. Por ser este um
297 tema de grande relevância o mesmo foi encaminhado para a Casa Civil que solicitou
298 às Consultorias Jurídicas dos Ministérios: da Agricultura Pecuária e Abastecimento, da
299 Ciência e Tecnologia, do Meio Ambiente, do Desenvolvimento Indústria e Comércio
300 Exterior e da Saúde, buscassem, com a participação da Casa Civil, alternativas para
301 encaminhar a questão estipulando o prazo de 17 de agosto para sua conclusão. A
302 Presidente, Maria Cecília Wey de Brito, questionou se algum dos Conselheiros ou
303 Convidados gostaria de se manifestar. Não havendo nenhuma manifestação a
304 Presidente considerou que o Conselho deve aguardar a conclusão dos trabalhos em
305 curso na Casa Civil. Passou para o próximo item, lembrando que conforme
306 deliberado no início da reunião, o item de número 10, após a Aprovação do Conselho,
307 passou a ser denominado como segue: Item (5) Apresentação e deliberação de
308 modelo de Contrato de Utilização do Patrimônio Genético e Repartição de Benefícios

12

309 a ser utilizado quando a União for parte . Lembrou também, que sobre este item o
310 Conselheiro do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Márcio Mazzaro,
311 havia se manifestado no sentido de questionar a pertinência da minuta em pauta ser
312 objeto de deliberação, visto que ainda não estava integralmente finalizada. Na
313 seqüência a palavra foi dada ao Coordenador das Câmaras Temáticas do Conselho,
314 Inácio Cançado, com o objetivo de fazer um breve histórico sobre os trabalhos até
315 então realizados. Este informou que a minuta foi elaborada no âmbito do Grupo de
316 Trabalho, criado pelo Conselho para formular um novo modelo de Contrato para a
317 Utilização do Patrimônio Genético e de Repartição de Benefício, quando a União
318 fosse uma das partes. O Grupo de Trabalho fez duas reuniões, uma em 17 de abril e a
319 outra em 08 de maio. A cláusula que trata de propriedade intelectual foi remetida ao
320 GIPI – Grupo Interministerial de Propriedade Intelectual. No dia 10 de julho, o Grupo
321 se reuniu no Ministério de Ciências e Tecnologia, já com a proposta do GIPI. Nesta
322 reunião foi possível chegar ao consenso sobre praticamente toda a minuta, ficando
323 somente algumas pendências a serem concluídas: textos das cláusulas 6ª e 10ª.
324 Encerrando-se o relato, a Conselheira da Fiocruz, Maria Celeste Emerick, parabenizou
325 a equipe pois a minuta atual já demonstra um aprimoramento extremamente claro
326 quando comparado ao modelo até então utilizado. Afirmou ainda, que a Fiocruz
327 encaminhará propostas de aprimoramento da minuta, com a inclusão de cláusula
328 específica sobre transferência de tecnologia. Como encaminhamento deste item,
329 propôs não deliberar nesta reunião e determinar um prazo para que as Instituições,
330 que queiram contribuir com o Grupo de Trabalho, possam encaminhar suas
331 propostas. Após o termino desse prazo, o Grupo de Trabalho, apresentaria redação
332 final. O Conselheiro do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, Márcio
333 Antônio Teixeira Mazzaro, ressaltou que as preocupações da Conselheira que o
334 antecedeu, coincidem com as dele. Ponderou que, talvez, fosse possível disponibilizar
335 a minuta atual no site do CGEN, desde que, destacando as cláusulas ainda em
336 discussão. Considerou, porém, que o risco deste encaminhamento, seria os

13

337 interessados utilizarem a minuta e posteriormente essa fosse alterada pelo
338 Conselho. Concluiu, afirmando que entende que a disponibilização de um
339 documento inacabado poderia ser fator de complicação ao invés de auxílio aos
340 interessados. A Conselheira da Fiocruz, Maria Celeste Emerick se manifestou
341 novamente, enfatizando que o ponto crucial é a definição de prazo para conclusão
342 dos trabalhos. Sugeriu o prazo de um mês, coincidindo com a data da próxima
343 reunião, para que então o CGEN delibere sobre esse tema. A Presidente, Maria
344 Cecília Wey de Brito afirmou, que do ponto de vista do MMA, julga procedente e
345 plenamente factível que haja um prazo determinado para que as Instituições se
346 manifestem sobre a minuta apresentada pelo Grupo de Trabalho, sugerindo 10 dias,
347 a fim de garantir os procedimentos instituídos pelo Regimento Interno do Conselho,
348 para disponibilizar o documento a todos e assim, ser deliberado na próxima reunião
349 do CGEN. O Conselheiro do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento,
350 Márcio Mazzaro, considerou o prazo de dez dias aceitável e sugeriu que as
351 manifestações fossem encaminhadas ao Grupo de Trabalho, que as apreciaria e
352 encaminharia ao CGEN. Ponderou, caso o Grupo de Trabalho conclua a minuta antes
353 da próxima reunião do Conselho, poderia ser aventada a possibilidade de convocação
354 de reunião extraordinária. A Conselheira do INPA, Lucia Helena Rapp Py-Daniel ,
355 manifestou sua preocupação com relação ao agendamento de reunião extraordinária,
356 considerando a dificuldade de os representantes do INPA virem a Brasília duas vezes
357 ao mês. Diante disso, a Secretária Executiva Interina, Cristina Azevedo, propôs o
358 seguinte encaminhamento: o comprometimento do Conselho e o comprometimento
359 do Grupo de Trabalho em concluir seus trabalhos no período estipulado, trazendo
360 para aproxima reunião do CGEN, no dia 30 de agosto, a minuta concluída. Deste
361 modo a Secretaria Executiva já poderia informar as universidades e empresas que
362 estão requerendo essa minuta que em breve seria possível iniciar as negociações.
363 Houve concordância com o encaminhamento exposto. Em seguida a presidente,
364 Maria Cecília Wey de Brito, informou a todos que já seria possível deliberar sobre a

14

365 ata da última reunião, pois já havia sido concluída a revisão da degravação,
366 permitindo incluir o texto solicitado pelo Ministério da Agricultura Pecuária e
367 Abastecimento. Com isso, a Presidente solicitou aos conselheiros, que o ITEM 2
368 pudesse ter sua apreciação finalizada e pediu que a Secretária Executiva Interina,
369 relatasse a correção solicitada, o que foi feito, explicando que a proposta seria incluir
370 logo antes do Item 3 na, linha 155, 154: “O Conselheiro Márcio Mazzaro, após
371 discorrer sobre o tema propôs duas alternativas para resolver as situações de acesso
372 já realizados e iniciados e sem autorização; flexibilizar o cumprimento de alguns
373 critérios para obtenção de autorização via Art. 34 da Medida Provisória ou aplicação
374 do artigo 26 da Medida Provisória para os casos de exploração econômica de
375 produtos ou processos desenvolvidos a partir de amostras dos componentes do
376 patrimônio genético acessado em desacordo com a MP 2186-16-2001. Assim, diante
377 da concordância do Conselheiro Márcio, isso seria incluído no final, seria incluída ao
378 final a linha 154”. Na seqüência, o Conselheiro do Ministério da Agricultura Pecuária e
379 Abastecimento, Márcio Antônio Teixeira Mazzaro, concordou que o texto era esse
380 mesmo mas que gostaria que fosse incluído na linha 120, antes da fala da
381 Conselheira Ione Egler, após a palavra “regularização”. Em continuidade, Cristina
382 Azevedo esclareceu que as solicitações do Conselheiro Leontino, serão providenciadas
383 após a reunião. Esclareceu que não é possível incluir neste momento o texto da
384 Resolução, mas que a Secretaria Executiva faria isso, incorporando o texto solicitado
385 na linha 291. Na seqüência, a Presidente, Maria Cecília Wey de Brito, colocou a Ata
386 da 50ª. Reunião do CGEN em votação. Votaram favoravelmente os seguintes
387 Conselheiros: EMBRAPA - Rosa Mirian de Vasconcelos, MAPA - Márcio Antônio
388 Teixeira Mazzaro, MS - Ana Paula Corrêa, MD - Patrícia Siqueira, MJ - Patrícia Galdino,
389 MMA - Maria Cecília Wey de Brito, MRE - Fernando Coimbra, MCT - Paulo Carvalho,
390 MDIC – José Carlos Cavalcanti de Araújo Filho, FOC - Maria Celeste, FP - Maurício Reis,
391 CNPq - Helena Luna, INPI - Maria Alice, FUNAI - Rafael Michelsohn. Item aprovado
392 com 14 votos a favor, nenhum voto contrário, uma abstenção do INPA - Lúcia Py-

15

393 Daniel. Diante disso a Presidente, Maria Cecília Wey de Brito, prosseguiu a reunião,
394 considerando aprovada a Ata da 50ª. Reunião do CGEN, e, dando continuidade à
395 pauta, iniciou a apreciação do item de número (6) Apresentação e deliberação de
396 solicitações de renovação de autorização de acesso a conhecimento tradicional (6.1)
397 Requerente: Embrapa – Processo nº. 02000.001952/2004-16 – Kayabi, Relator:
398 Secretaria Executiva. O relato foi realizado pelo técnico do Departamento do
399 Patrimônio Genético/MMA, Alessandro Gomes Garcia, que resumiu a Nota
400 Informativa 023/2007, já disponibilizada ao Conselho. Informou que o projeto foi
401 autorizado em 16 de março de 2005 e a autorização é válida até 31 de julho de 2007,
402 motivo pelo qual a interessada, Embrapa, solicita ao Conselho renovação da
403 autorização. Os dois relatórios anuais previstos foram apresentados com todas as
404 informações previstas. A justificativa para a solicitação de prorrogação da autorização
405 de acesso a conhecimento tradicional foi o atraso no financiamento do projeto, com
406 inúmeras atividades do cronograma adiadas e o fato do Termo de Anuência Prévia,
407 apresentado em 2005, ter validade até 29 de agosto de 2009. Por fim, esclareceu que
408 em decorrência da Resolução 21, o acesso a patrimônio genético inicialmente
409 autorizado, deixou de ser assim caracterizado. A Presidente, Maria Cecília Wey de
410 Brito, perguntou se algum Conselheiro ou Convidado gostaria de manifestar-se. O
411 Conselheiro da FUNAI, Rafael Michelsonh, pediu vistas ao processo para
412 apresentação de parecer. A Secretária Executiva Interina, Cristina Azevedo,
413 informou que conforme o Regimento Interno, ao haver pedido de vista a um
414 processo, o mesmo deve sair de pauta e voltar para deliberação do Conselho na
415 próxima reunião, com parecer do Conselheiro que pediu vista. Diante disso, a
416 Presidente, Maria Cecília Wey de Brito, passou imediatamente ao relato do próximo
417 item . (6.2) Requerente: Embrapa – Processo nº. 02000.000500/2004-17– Yawalapiti,
418 Relator: Secretaria Executiva. Novamente o técnico, Alessandro Gomes Garcia, fez o
419 relato enfatizando que este caso é semelhante ao anterior e está sob a coordenação
420 do mesmo pesquisador, Dr. Fábio Freitas. A principal diferença é que a pesquisa deste

16

421 caso está sendo realizada junto a comunidades Yawalapiti. Também existe um Termo
422 de Anuência Prévia com validade até 2008, prazo maior do que o da autorização do
423 CGEN- julho de 2007. Neste caso, como no anterior, houve atraso na execução das
424 atividades em decorrência de atraso no financiamento. O Conselheiro da FUNAI,
425 Rafael Michelsonh, também solicitou vista a este processo. Na seqüência, passou-se
426 ao exame do item de número (6.3) Requerente: Embrapa – Processo nº.
427 02000.000532/2004-12 – krahô, Relator: Secretaria Executiva. O técnico, Alessandro
428 Gomes Garcia, relatou que este caso trata de pesquisa de acesso a conhecimento
429 tradicional associado e de acesso a patrimônio genético junto a 15 aldeias *Krahôs* da
430 Terra Indígena *Kraolândia*, também de interesse da EMBRAPA coordenado pela
431 Doutora Terezinha Dias. Neste caso o Conselho deve apreciar o novo termo de
432 anuência prévia apresentado, para viabilizar a renovação da autorização de acesso
433 que, conforme a Resolução 21, também passa a ser somente de acesso ao
434 conhecimento tradicional associado. Durante esse período de atividades foram
435 apresentados dois relatórios. Com isso, a Presidente, Maria Cecília Wey de Brito,
436 questionou se haveria alguma manifestação. Após não haver manifestação de
437 conselheiros, a Secretária Executiva Interina, Cristina Azevedo sugeriu que o
438 Conselho avaliasse inicialmente, o Termo de Anuência Prévia ressaltando que a única
439 observação que a Secretaria Executiva faz com relação a essa solicitação é que na
440 autorização que foi concedida pelo Conselho, o escopo envolvia 15 aldeias, o número
441 de comunidades que permanece, mas duas que estavam envolvidas no início não
442 estão mais no conjunto atual. No início constava Rio Vermelho e Água Branca e neste
443 momento foram incluídas Serrinha e Água Fria. Diante disso, a Presidente, Maria
444 Cecília Wey de Brito colocou em deliberação o Item 6.3, lembrando que se
445 manifestassem os Conselheiros que estivessem impedidos de votar. A Conselheira da
446 Embrapa, Rosa Mirian de Vasconcelos, se manifestou. Votaram favoravelmente os
447 seguintes Conselheiros: MAPA – Leontino Taveira, MS - Ana Paula Corrêa, MD -
448 Patrícia Siqueira, MJ - Patrícia Galdino, MMA - Maria Cecília Wey de Brito, MRE -

17

449 Fernando Coimbra, MCT - Paulo Carvalho, MDIC – José Carlos Cavalcanti de Araújo
450 Filho, FOC - Maria Celeste, FP - Maurício Reis, CNPq - Helena Luna, INPA - Lúcia Py-
451 Daniel, INPI - Maria Alice, FUNAI - Rafael Michelsohn. Item aprovado com 14 votos a
452 favor, nenhum voto contrário, nenhuma abstenção. Dando continuidade, a
453 Presidente, Maria Cecília Wey de Brito, passou ao Item de número. (7) Apresentação
454 de minuta de retificação de deliberação, delegando competência à Secretaria-
455 Executiva do CGEN para realizar o credenciamento de instituições fiéis depositárias
456 de amostras de componentes do patrimônio genético. A relatoria deste item foi
457 realizada pelo coordenador das Câmaras Temáticas, Inácio de Loyola Rachid
458 Cançado, o qual ressaltou que este tema foi discutido na Câmara Temática de
459 Patrimônio Genético, mantido em condição *ex-situ*, na reunião de 25 de abril. Na
460 oportunidade foi discutida a condição de delegar competência a Secretaria Executiva
461 para efetuar tanto o credenciamento, quanto o descredenciamento de instituições
462 fiéis depositárias, seguindo basicamente os critérios estabelecidos no Decreto 3945/01
463 e na Medida Provisória vigente. Com isso, a Secretaria Executiva teria condição de
464 executar esta ação de forma objetiva, mantendo o Conselho na condição de instância
465 recursal. A Conselheira do Ministério da Defesa, Patrícia Siqueira de Medeiros, se
466 manifestou considerando ser esta uma proposta simples, que delega competência
467 para a Secretaria Executiva efetuar o credenciamento de instituições fiéis
468 depositárias públicas e as demais deveriam continuar sendo submetidas ao conselho;
469 e pediu esclarecimentos sobre o credenciamento de instituições privadas. A
470 Secretária Executiva Interina, Cristina Azevedo, esclareceu que a Medida Provisória
471 2186-16/01, estabelece como requisito obrigatório para o credenciamento, a
472 condição de a instituição ser pública. Em seguida, a Conselheira do INPA, Lucia Helena
473 Rapp Py-Daniel, questionou sobre a definição de critérios para o descredenciamento.
474 A Secretária Executiva Interina, Cristina Azevedo, informou que a CT/PAGEX
475 entendeu que os critérios deverão ser estabelecidos por meio de Resolução
476 específica do Conselho, a qual ainda não foi iniciada. O Conselheiro do Ministério da

477 Agricultura Pecuária e Abastecimento, Leontino Rezende Taveira, sugeriu alterações
478 no texto da deliberação, que passará esta competência à Secretaria Executiva: a
479 exclusão do Inciso I, Art. 2º, visto que o disposto no Art. 1º já abrange o teor do Inciso
480 I. Propôs também a inclusão de previsão de encaminhamento ao Conselho de
481 informe mensal sobre os credenciamentos realizados, sem prejuízo do
482 encaminhamento de relatório anual das atividades realizadas. Com relação aos
483 descredenciamentos também, considerou pertinente que haja um informe, que
484 contemple a periodicidade mensal, para informação dos Conselheiros. Diante das
485 manifestações, a Presidente, Maria Cecília Wey de Brito, agradeceu as contribuições
486 e passou à palavra a representante da Consultoria Jurídica do Ministério do Meio
487 Ambiente, Daniela Goulart, que esclareceu tratar-se de uma questão formal, a qual a
488 própria Consultoria Jurídica poderia propor uma redação a contento, segundo as
489 sugestões externalizadas. A Presidente, Maria Cecília Wey de Brito, agradeceu a
490 informação e colocou em votação a minuta de deliberação, referente ao Item 7.
491 Votaram favoravelmente os seguintes Conselheiros: EMBRAPA - Rosa Mirian de
492 Vasconcelos, MAPA – Leontino Taveira, MS - Ana Paula Corrêa, MD - Patrícia Siqueira,
493 MJ - Patrícia Galdino, MMA - Maria Cecília Wey de Brito, MRE - Fernando Coimbra,
494 MCT - Paulo Carvalho, MDICE – José Carlos Cavalcanti de Araújo Filho, FOC - Maria
495 Celeste, FP - Maurício Reis, CNPq - Helena Luna, INPA - Lúcia Py-Daniel, INPI - Maria
496 Alice, FUNAI - Rafael Michelsohn. Item aprovado com 15 votos a favor, nenhum voto
497 contrário, nenhuma abstenção. Em continuidade à reunião, a Presidente, Maria
498 Cecília Wey de Brito iniciou o relato sobre o Item de número (8) Apresentação de
499 proposta para prorrogação da Consulta Pública n. 2, Iniciou-se a relatoria com o
500 responsável pelas Câmaras Temáticas, Inácio De Loyola Rachid Cançado que
501 informou ao Conselho que o tema trata do prazo da consulta pública número 2, que
502 se finda em 16 de agosto. Como o Conselho terá sua próxima reunião em 30 de
503 agosto, a Secretaria Executiva achou prudente apresentar ao plenário a proposta
504 para a sua renovação. A renovação é também uma demanda das comunidades

19

505 indígenas e locais que precisam de mais tempo para se apropriar do tema e
506 responderem ao questionário da Consulta. É importante também, lembrar os
507 esforços que estão sendo efetivados para realizar os seminários regionais solicitados
508 pelas representações das comunidades. Das Instituições pertencentes a este
509 Conselho, cita e agradecem o apoio da Fundação Palmares que realizou um seminário
510 regional sobre o tema em Curitiba/PR, e da FUNAI, que também realizou um
511 seminário regional em Porto Velho/RO. O Conselheiro do Ministério da Agricultura
512 Pecuária e Abastecimento, Leontino Rezende Taveira, se manifestou no sentido de
513 apoiar a proposta de prorrogação, solicitando que as datas e locais dos seminários
514 regionais fossem divulgados de forma a possibilitar a eventual participação de
515 Conselheiros interessados. Propôs, no entanto, que a consulta pública fosse
516 prorrogada por período maior de sessenta dias. Uma possibilidade seria 120 dias.
517 Inácio de Loyola Rachid Cançado esclareceu que a proposta inicial dos seminários,
518 decorrente de reunião realizada em maio, foi encaminhada aos Conselheiros e está
519 disponível no site do CGEN. Porém, ressaltou que os seminários são iniciativas das
520 próprias comunidades ou organizações representativas ou ainda órgãos estaduais,
521 como a FEPI/AM. Assim, o DPG/MMA não tem controle sobre as datas, apenas tem
522 apoiado as iniciativas na medida do possível. A Conselheira da Fiocruz, Maria Celeste
523 Emerick, solicitou esclarecimentos sobre como estão ocorrendo os seminários. A
524 seguir, o Convidado Permanente, representante do Conselho Nacional de
525 Seringueiros, Pedro Ramos De Souza, apoiou a proposta de prorrogação, enfatizando
526 que o processo para realização dos seminários é demorado, visto que, primeiro
527 necessitam treinar aqueles que irão para as comunidades explicar a consulta, pois é
528 fundamental a utilização de uma linguagem fácil de entender. Na seqüência, a
529 Conselheira do INPA, Lucia Helena Rapp Py-Daniel, questionou qual será o papel das
530 oficinas que vêm sendo realizadas pela Secretaria Executiva, nos seminários. Lembrou
531 que a Conselheira Nadja, do INPA já havia feito um relato sobre a oficina ocorrida em
532 Manaus, na última reunião do CGEN. A Secretária Executiva Interina, Cristina

20

533 Azevedo, passou a esclarecer as dúvidas levantadas: Informou que tão logo que a
534 consulta foi iniciada o Coordenador das Câmaras Temáticas iniciou um trabalho
535 grande de divulgação, não só pelos meios de comunicação mais usuais como jornais,
536 mas também por meio de emissoras de rádio regionais, com o apoio dos
537 interlocutores das comunidades indígenas e locais no CGEN. Na medida em que essa
538 divulgação foi sendo realizada, demandas começaram a chegar à Secretaria
539 Executiva, demandas de toda sorte, desde apoio financeiro com passagens, com
540 recursos para combustível de barco, até apoio mais técnico com a presença de
541 representante do Departamento do Patrimônio Genético para expor o tema. Dessa
542 forma, na medida do possível, o DPG tem atendido às demandas. Lembrou ainda que
543 na última reunião do CGEN, de 31 de maio, o então Secretário Executivo, Dr. Eduardo
544 Vélez, fez um apelo aos demais membros do Conselho para que também pudessem
545 apoiar essas iniciativas, tanto com recursos financeiros como com recursos técnicos.
546 Alguns membros, como a Fundação Palmares e a FUNAI, têm apoiado os seminários.
547 A ONG INBRAPI, por meio da Fernanda Kaingang, que muitos aqui já conhecem, tem
548 planejado várias reuniões; a FEPI que é Fundação Estadual dos Povos Indígenas, do
549 Amazonas, também está organizando 11 seminários, a fim de alcançar todas as
550 regiões do estado. Diante disso, a FEPI solicitou que fosse feito novo apelo aos órgãos
551 do Conselho, que demandaram essa consulta, para ajudarem na viabilização deste
552 trabalho. Resumi então o papel da Secretaria Executiva, ressaltando que esta não
553 está, por conta própria, promovendo uma ou outra reunião, um ou outro Seminário,
554 a Secretaria Executiva está simplesmente fazendo a divulgação e atendendo, na
555 medida do possível, as demandas ou encaminhando-as quando não é possível
556 atender por conta própria. Quanto às oficinas, a questão levantada pela Conselheira
557 do INPA, lembrou que desde a última reunião do Conselho, por solicitação do então
558 Secretário Executivo, Eduardo Vélez, a Secretaria tem tido o cuidado de diferenciar
559 duas ações: uma é o seminário regional que é demanda das comunidades para
560 formar multiplicadores, para tratar da questão da consulta pública. A outra ação é

21

561 uma atividade não da Secretaria Executiva do CGEN, mas do Ministério do Meio
562 Ambiente, trata-se das oficinas de qualificação sobre instrumentos de proteção dos
563 conhecimentos tradicionais. O objetivo desta qualificação, é possibilitar que as
564 comunidades atuem nos diversos foros e colegiados, como a Comissão para o
565 Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, o CGEN, além
566 dos fóruns internacionais, com relação às oficinas, o Ministério do Meio Ambiente
567 recebeu recentemente as críticas formais da Conselheira Nadja do INPA, com uma
568 carta de encaminhamento do Diretor do INPA. O Ministério do Meio Ambiente
569 agradece as críticas enviadas e as utilizará como subsídio ao processo de avaliação. O
570 Conselheiro da Fundação Palmares, Maurício Jorge Souza dos Reis, pediu a palavra e
571 parabenizou os técnicos da Secretaria Executiva que foram a Curitiba para realização
572 do Seminário e apoiou a prorrogação de prazo por um período maior do que os 60
573 dias inicialmente previstos. A Conselheira da Fiocruz, Maria Celeste Emerick,
574 perguntou a Secretaria Executiva se foi realizado algum contato com a Rede de
575 Propriedade Intelectual, Biodiversidade e Conhecimentos Tradicionais da Região
576 Norte. A Secretária Executiva Interina, Cristina Azevedo esclareceu que sim e que já
577 foram apoiados pelo MMA/DPG, dois seminários organizados pela Rede, um em
578 Santarém e outro agora recentemente em Belém, por ocasião da SBPC. Ressaltou
579 ainda que a Secretaria vem recebendo também, demandas por seminários de outros
580 setores da sociedade, como por exemplo da FEBRAFARMA, que nos convidou para
581 expor a Consulta aos seus associados. A Presidente, Maria Cecília Wey de Brito
582 entendendo que havia consenso do plenário sobre a prorrogação do prazo para 120
583 dias, colocou em votação a deliberação referente ao Item 8: prorrogação por 120
584 dias, do prazo para o encerramento da Consulta Pública número 2. Votaram
585 favoravelmente os seguintes Conselheiros: EMBRAPA - Rosa Mirian de Vasconcelos,
586 MAPA - Leontino Rezende Taveira, MS - Ana Paula Corrêa, MD - Patrícia Siqueira,
587 MMA - Maria Cecília Wey de Brito, MRE - Fernando Coimbra, MCT - Paulo Carvalho,
588 MDIC - José Carlos Cavalcanti de Araújo Filho, FOC - Maria Celeste, FP - Maurício Reis,

22

589 CNPq - Helena Luna, INPA - Lúcia Py-Daniel, INPI - Maria Alice, FUNAI - Rafael
590 Michelsohn. Item aprovado com 14 votos a favor, nenhum voto contrário, nenhuma
591 abstenção. Em seguida, a Presidente, Maria Cecília Wey de Brito passou ao item de
592 número (9) Informe da Coordenação das Câmaras Temáticas sobre reunião realizada
593 com a Comissão de Comunidades Locais e Indígenas para a avaliação de
594 procedimentos relativos ao registro de Conhecimentos Tradicionais Associados este
595 item foi relatado pelo Coordenador das Câmaras Temáticas, Inácio De Loyola Rachid
596 Cançado, que inicialmente esclareceu que este item estava na pauta da reunião de 31
597 de maio, mas não foi possível ser apreciado. O objetivo é apenas informar ao
598 Conselho que foi feita uma reunião com representantes das comunidades em 13 de
599 maio, e, na oportunidade, foram tratados dois assuntos importantes: consulta
600 pública, que já veio à pauta, e a questão de registros de conhecimentos tradicionais
601 associados, retomando os resultados do seminário realizado no final do ano passado,
602 o qual envolveu cerca de 30 representações de comunidades locais indígenas. Nesta
603 reunião de 13 de maio, a comissão formada no evento do ano passado solicitou que
604 fosse priorizada a consulta pública e que na medida do possível, os seminários
605 tratariam dois temas: consulta e critérios para registros de conhecimentos
606 tradicionais associados. A Conselheira do INPA, Lúcia Helena Rapp Py-Daniel
607 perguntou se os resultados deste trabalho, da Câmara Temática, já haviam sido
608 divulgados. O Coordenador das Câmaras Temáticas, Inácio de Loyola Rachid
609 Cançado, esclareceu que o resultado efetivamente ainda não foi atingido; que
610 justamente as representações das comunidades estão solicitando que primeiro seja
611 priorizada, a consulta pública e que em seguida seja retomada a discussão dos
612 critérios para registros. Enfatizou que ainda não há um produto final, portanto, a
613 divulgação deste tema tem sido por meio de informes nas Reuniões Ordinárias do
614 CGEN. O Conselheiro do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento,
615 Leontino Rezende Taveira, se manifestou oferecendo o apoio do Ministério da
616 Agricultura para a realização dos seminários para discussão desse tema, colocando a

23

617 disposição a equipe técnica do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento,
618 para discutir o tema. Enfatizou que o Ministério da Agricultura Pecuária e
619 Abastecimento julga este tema de extrema importância. Os registros de
620 conhecimento tradicionais, independente do formato, seja ele na forma de uma base
621 de dados, ou na forma de um registro, independente do formato dessa estratégia, na
622 visão do Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento, atende os objetivos de
623 coibir a biopirataria, no sentido de evitar que sejam apropriados por terceiros.
624 Ressaltou que o MAPA não defende a criação de registro para divulgar os
625 conhecimentos tradicionais, mas um registro que organize essas informações,
626 transformando-as numa ferramenta útil e importante, evitando a biopirataria e
627 protegendo os conhecimentos tradicionais. . A Presidente, Maria Cecília Wey de
628 Brito, agradeceu a todos pelas manifestações pontuando a importância do assunto.
629 Inácio De Loyola Rachid Cançado solicitou a palavra para lembrar que na reunião de
630 13 de maio, houve uma manifestação dos representantes das comunidades
631 solicitando que o Ministério da Ciência e Tecnologia envidasse esforços para que as
632 Fundações de Amparo à Pesquisa apoiassem os seminários regionais para
633 esclarecimento sobre o tema de registro de conhecimentos tradicionais e da consulta
634 pública. Além disso, o grupo solicitou que a Comissão para o Desenvolvimento
635 Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, também apoiasse com recursos
636 financeiros a realização desses seminários e solicitou ainda a inclusão de um
637 representante da SEPIR - Secretaria Especial de Políticas de Promoção de Igualdade
638 Racial, na Comissão que saiu daquele seminário de dezembro passado. A Presidente,
639 Maria Cecília Wey de Brito, agradeceu a informação e solicitou à Secretaria Executiva
640 que relatasse o Item (10) Informes gerais da Secretaria Executiva A Secretária
641 Executiva Interina, Cristina Azevedo, relatou rapidamente a questão da retificação do
642 credenciamento do IB/USP, conforme Nota Informativa nº 19/2007 do DPG. A
643 Presidente, Maria Cecília Wey de Brito, informou a todos de uma iniciativa
644 anunciada pelo Conselho Nacional de Meio Ambiente, para a realização de uma

24

645 reunião de vários Conselhos vinculados à área ambiental, que está programada para
646 o período de 16 a 18 de outubro, em Brasília para o qual, estarão disponíveis seis
647 vagas ao Conselho. Solicitou aos Conselheiros que informassem o seu interesse em
648 participar da iniciativa e caso o número de interessados, ultrapasse o número de
649 vagas, haveria tempo hábil para discutir a possibilidade de um critério para a
650 definição dos seis participantes. O Conselheiro do Ministério da Agricultura Pecuária
651 e Abastecimento, Leontino Rezende Taveira manifestou o interesse de participação
652 do Ministério, juntamente com a EMBRAPA, em ocupar uma das 6 vagas anunciadas,
653 fazendo uma conjugação das duas instituições para deixar as demais vagas aos outros
654 órgãos do CGEN. O Conselheiro da Fiocruz, Sílvio Valle Moreira, manifestou que a
655 Fiocruz também gostaria de ocupar uma vaga e questionou se a iniciativa é do
656 CONAMA ou o do Ministério do Meio Ambiente. A Presidente respondeu, tratar-se de
657 uma proposição do Ministério do Meio Ambiente. O Conselheiro da Fiocruz
658 questionou então, se seria possível uma participação mais efetiva na organização
659 desse encontro, a fim de que o CGEN pudesse esclarecer suas atribuições aos demais
660 Conselhos. Diante disso, a Presidente, Maria Cecília Wey de Brito, respondeu que
661 verificaria esta possibilidade. Outros Conselheiros que manifestaram interesse em
662 participar foram: Conselheiro da Fundação Palmares, Maurício Jorge Souza Dos Reis,
663 solicitou vaga para MinC e Palmares, do mesmo modo que o MAPA e Embrapa;
664 Conselheiro do MCT, José Paulo Carvalho; Conselheiro do MDIC, José Carlos
665 Cavalcanti, solicitou vagas ao MDIC e ao INPI; Finalizando o assunto a Presidente,
666 Maria Cecília Wey de Brito, verificou que as vagas disponibilizadas ao CGEN foram
667 ultrapassadas mas que será consultada a organização do evento sobre a possibilidade
668 de interferir na pauta e na possibilidade de ceder mais uma vaga, a fim de acomodar
669 a todos. A Presidente, Maria Cecília Wey de Brito, passou então para a próxima
670 informação que dizia respeito ao falecimento da colega Dra. Glaci Zancan,
671 enfatizando que a Dra. Glaci muito colaborou com o CGEN e diante disso, solicitou
672 uma homenagem a ela com uma salva de palmas. Por fim, a Presidente, informa que

25

673 o Decreto, resultado de amplo trabalho do CGEN foi recém editado, Decreto 6159, de
674 18.07.2007, que basicamente trata dos procedimentos construídos a cerca da
675 Bioprospecção. Solicitou a Secretária Executiva Interina que explanasse
676 resumidamente sobre o conteúdo do Decreto. Cristina Azevedo, informou que este
677 Decreto trata basicamente da autorização especial para Bioprospecção e do
678 momento de apresentação do contrato. O Conselheiro do MRE, Fernando Estellita
679 Lins de Salvo Coimbra, solicitou a palavra para informar que o ciclo de reuniões
680 prévio à 9ª Conferência das Partes da Convenção sobre Diversidade Biológica já foi
681 iniciado, tendo ele participado juntamente com a Secretária Maria Cecília, em duas
682 reuniões, uma do órgão de assessoramento técnico da CDB e a outra para avaliar a
683 implementação da Convenção. Informou ainda, que em outubro haverá três
684 reuniões que tem a ver diretamente com os trabalhos do Conselho que são: de 8 a 13
685 a 5ª Reunião do Grupo de Trabalho sobre Acessos e Repartição de Benefícios e em
686 seguida, a reunião para implementação do Art. 8º da Convenção referente, a
687 conhecimentos tradicionais e, enfim, uma reunião do Protocolo de Cartagena sobre
688 responsabilidade de compensação. Em janeiro, haverá uma nova reunião do Grupo
689 de Trabalho de Acesso a Repartição de Benefícios. Então diante desse número
690 considerável de reuniões, todas de grande interesse para o Brasil, alerta que o MRE
691 estará a partir do próximo mês, iniciando um processo de coordenação de posições e
692 de consultas. Lembrou que o Brasil permanece na Presidência da Conferência das
693 Partes e que, portanto, a importância da participação do Brasil nessa série de
694 reuniões é realçada. Com isso, a Presidente, Maria Cecília Wey De Brito, informou
695 que o Conselheiro iniciou o Item 15 da pauta que é palavra aberta aos Conselheiros e
696 estendeu a possibilidade aos demais que desejassem se manifestar. O Conselheiro da
697 Fiocruz, Sílvio Valle Moreira, questionou se a redação do § 7º do Art. 2º do novo
698 Decreto altera a situação dos Convidados Permanentes. A Secretária Executiva
699 Interina, Cristina Azevedo, respondeu que a redação reforça a situação dos
700 convidados, pois até este novo Decreto só havia previsão legal de o CGEN convidar

26

701 especialistas e agora há previsão para o convite a representantes de distintos setores
702 da sociedade. O Conselheiro da Fiocruz, Sívio Valle Moreira, agradeceu o
703 esclarecimento, afirmando que desse modo a questão foi apaziguada. A Conselheira
704 da Fiocruz, Maria Celeste Emerick, se manifestou sobre o convite que lhe foi feito
705 para a Diretoria do DPG/MMA. Ressaltou que até então nunca havia cogitado em se
706 afastar da Fiocruz, mas que considerou relevante buscar contribuir para o País, num
707 assunto que considera um dos mais sensíveis, que exige um esforço muito grande no
708 ordenamento do mundo da produção de conhecimento, desenvolvimento
709 tecnológico e da capacidade de resolver problemas para o País. Enfatizou que
710 gostaria de poder contar com todos os Conselheiros, com todas as visões possíveis de
711 governos e especialistas. A Presidente, Sra. Maria Cecília Wey de Brito, então,
712 agradeceu a Conselheira, Dra. Celeste, concordando com o importante papel do
713 CGEN para o País, e o dela em assumir a diretoria do Departamento, mas mais do que
714 isso, a importância do assunto e pelo papel protagonista que a Ministra Marina tem
715 tido no cenário nacional e internacional. Diante da ausência de outras manifestações,
716 agradeceu a objetividade com que foi conduzida a reunião, dando por encerrada
717 então a 51ª Reunião do CGEN.

718

719

Brasília, 19 de julho de 2007.

720

721Cristina Azevedo

722Presidente e Secretária Executiva - Interina